

DOSSIÊ

Psicologia, perícia psicossocial e direitos humanos coletivos

Editor

Antonio Euzébio Filho

Disponibilidade dos dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis mediante solicitação com autor correspondente.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Recebido

28 mar. 2025


Versão final

16 jun. 2025

Aprovado

1 jul. 2025

# Território e saúde psicossocial: produção de fatores protetivos em acampamento de luta pela reforma agrária

Leandro Amorim Rosa<sup>1</sup> , Paula Sassaki Coelho<sup>2</sup> , Bruna Borba de Araujo Tchalekian<sup>3</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Psicologia. Rio Branco, AC, Brasil. Correspondência para: L. A. ROSA. E-mail: <leandro.rosa@ufac.br>.

<sup>2</sup> Pesquisadora Autônoma. Ilha Bela, SP, Brasil.

<sup>3</sup> Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e Do Desenvolvimento Humano. São Paulo, SP, Brasil.

**Como citar esse artigo:** Rosa, L. A., Coelho, P. S., & Tchalekian, B. B. A. (2025). Território e saúde psicossocial: produção de fatores protetivos em acampamento de luta pela reforma agrária. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 42, e15271. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202542e15271pt>

## Resumo

A partir da afirmação de direitos ao bem comum e à vida digna, a função social da terra, cumprimento previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, torna-se um princípio norteador. O presente estudo, de cunho qualitativo, objetiva abordar possibilidades de contribuições do campo da atenção psicossocial na elaboração de documentos relacionados a processos de efetivação de reforma agrária, a partir da elucidação da produção de fatores protetivos em saúde mental. Além de pesquisas bibliográficas, o trabalho se fundamenta em corpus empírico constituído por cinco entrevistas semiestruturadas realizadas com acampadas e acampados vinculados a um movimento de luta pela terra. A pesquisa se deu em articulação com práticas da Rede de Saúde Mental do movimento. A partir do estudo realizado, retoma-se a concepção de Determinantes Sociais da Saúde articulando-a aos fatores protetivos identificados nos relatos sobre a vivência no acampamento. Conclui-se que as condições propiciadas nesse território e construídas coletivamente, possibilitadas pela organicidade própria do movimento, constituíram fatores protetivos em saúde, que abrangem condições de vida, trabalho, relações sociais e com a natureza, comportamento e estilo de vida. Evidenciar esses fatores mostra-se relevante na afirmação pela defesa da permanência no território.

**Palavras-chave:** Acampamento; Ativismo político; Determinantes sociais da saúde; Psicologia social; Saúde mental.

A ausência da implementação de uma política de reforma agrária contundente ao longo da história do Brasil (assim como na América Latina como um todo) deixa, desde o início da colonização, um legado de violências, injustiças e conflitos sociais. O país nunca superou a concentração fundiária e tampouco deu respostas suficientes a respeito do consequente desterro e das violações contra os povos das águas, dos campos e das florestas. As lutas pela terra e por reforma agrária se perpetuam historicamente sob um rastro de inúmeras violências dentro de disputas assimétricas de poder, seja por meio do extermínio e da expropriação dos povos indígenas, pelas tentativas de remoção de pequenos agricultores para as fronteiras agrícolas, pela

precarização das condições trabalhistas no campo, pelos êxodos produzidos por modelos de desenvolvimento adotados historicamente ou pela atual luta desigual causada pelo agronegócio, que coloca transnacionais contra comunidades (Martins, 2022).

Um exemplo do caráter violento das disputas por territórios são os sucessivos ataques e até a dizimação de povos indígenas, além de diversos massacres envolvendo a luta pela terra – a citar Corumbiara (RO), Felisburgo (MG) e Eldorado dos Carajás (PA). De acordo com os relatórios elaborados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2023), os conflitos no campo crescem ano após ano. Apenas em 2023 foram contabilizados 2.203 conflitos. Vale destacar a insuficiência do Estado e, por vezes, a completa ausência de respostas capazes de proteger as comunidades envolvidas nos conflitos fundiários. De acordo com a CPT, além de se omitir em proteger as comunidades e os territórios de ações do agronegócio, o Estado brasileiro acaba “fomentando a violência contra as comunidades por meio do direcionamento das forças policiais e paramilitares” (Comissão Pastoral da Terra, 2023, p. 7) a serviço do agronegócio e seus interesses em detrimento das comunidades e seus direitos. As consequências de todas essas violações possuem uma dimensão concreta bastante visível, mas também inúmeros efeitos do ponto de vista imaterial.

Ao se olhar para a história do território brasileiro, verifica-se que a vida dos povos das águas, do campo e das florestas está diretamente relacionada à possibilidade de defesa e à segurança de seus territórios. A continuidade de seus variados modos de existência e de sua dignidade caminha junto com o direito de (re)conquistar, permanecer e manter seus territórios.

Em estudo recentemente publicado (Tchalekian et al., 2024) a partir da experiência do acampamento Marielle Vive (SP) – que no final de 2021 passou a receber ameaças de despejo –, discute-se como o processo de coação já se configurava em produção de sofrimento, gerando efeitos psicossociais que poderiam ser agravados significativamente com a efetivação do despejo. Para além da ação violenta direta sobre as famílias, produz-se violência por meio da retirada de um conjunto de condições protetivas propiciadas e construídas coletivamente no contexto territorial dos acampamentos.

As condições de vida em um acampamento são, sem dúvidas, repletas de precariedades e ausência de respostas do poder público no que diz respeito a direitos básicos como acesso à saúde, à educação, a medidas de proteção social e a saneamento básico, entre outros. Quando o referido estudo foi realizado, a totalidade de famílias encontrava-se residindo em barracos e sob vulnerabilidades sociais diversas, oriundas de históricas desigualdades sociais. Ainda assim, ficou evidente em relatos de pessoas entrevistadas a percepção de melhoria de vida a partir do ingresso no acampamento Marielle Vive.

A produção documental que compõe os instrumentos jurídicos, alguns dos quais embasam este trabalho, tem subsidiado a luta e o direito pela permanência em territórios ocupados e aborda, de maneira incipiente, questões referentes à saúde, em especial à saúde mental. Objetiva-se neste artigo contribuir com as discussões acerca da construção de fatores protetivos em saúde, em suas diferentes expressões, desenvolvidos no acampamento, dialogando, para tanto, com o conceito de Determinantes Sociais da Saúde (DSS).

## **Documentos Psicossociais em Processos de Conflitos Territoriais e Socioambientais**

Profissionais e acadêmicos(as) do campo da Psicologia têm contribuído na elaboração de documentos, desde artigos acadêmicos até relatórios que compõem processos judiciais, através dos quais a dimensão psicossocial das situações de violação de direitos e de conflitos territoriais e socioambientais tem ganhado visibilidade.

Bruno Gonçalves realizou alguns trabalhos considerados pioneiros no que diz respeito à abordagem de elementos psicossociais diante de conflitos territoriais. Em um parecer técnico psicológico, Gonçalves (2017) examina a violência política contra o povo Krenak praticada pelo Estado durante o período da ditadura civil-militar brasileira. O autor escreve sobre as violações de direito e a produção de traumatização psicossocial coletiva ocorridas e oriundas do reformatório Krenak, centro de detenção direcionado a indígenas em confronto com a lei. Em outro trabalho, Simões (2021) relata novamente a violência política contra povos indígenas no período da ditadura civil-militar; no entanto, nesse parecer, fala sobre a população xavante Marãiwatsédé, no Mato Grosso. Novamente o autor demonstra o processo de traumatização psicossocial coletiva sofrido por essa população e defende a possibilidade de reparação psicossocial coletiva. Em um relatório, de 2018, não publicado, Bruno Simões Gonçalves, Josiclea Pires da Silva e Patrícia Yamamoto Costa Caldeira) demonstram os impactos psicossociais causados pela construção da rodovia BR-135 aos territórios quilombolas de Joaquim Maria, Santa Rosa dos Pretos e Santa Rosa Maria dos Pinheiros. Os autores evidenciam um conjunto de efeitos psicossociais prejudiciais para as comunidades advindos da construção da rodovia e demonstram como a possível duplicação dela pode torná-los ainda mais severos. Mais uma vez, defende-se a demanda por reparação coletiva aos quilombolas afetados.

No que se refere ao direito à reparação integral, Pinheiro et al. (2019) escrevem sobre a luta dos atingidos(as) pela lama da Samarco (Vale e BHP Billiton Brasil Ltda) e a necessidade de reparação às vítimas do desastre socioambiental acarretado pelo rompimento da barragem. Ainda a partir do direito à reparação integral, Gonçalves e colaboradores (2024) trabalham junto a comunidades camponesas afetadas pela transposição do rio São Francisco no nordeste brasileiro. Os autores relatam como as reparações possuem foco em compensações monetárias pela perda de bens materiais e, ainda assim, são frequentemente subdimensionadas ou mesmo ausentes. O texto defende que o processo de reparação deve adotar a perspectiva da complexidade e considerar todas as dimensões da saúde e da vida.

Outros relatórios, pareceres e laudos não publicados<sup>4</sup> se debruçam sobre efeitos psicossociais relacionados a conflitos territoriais e socioambientais. Alguns desses documentos foram solicitados e compuseram processos judiciais. Destaca-se que, em mais de um caso, os documentos psicossociais foram citados em decisões judiciais que favoreceram comunidades ou povos vítimas de violações. Como exemplo significativo, cita-se o primeiro caso de reparação coletiva concedida pelo Estado brasileiro aos povos Krenak e Guarani-Kaiowá<sup>5</sup>. O parecer técnico psicológico elaborado por Gonçalves (2017) compôs o processo que resultou na aprovação da anistia e no pedido de desculpas ao povo Krenak pela Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos.

Ainda que possam compor processos judiciais relacionados a conflitos territoriais e socioambientais, pareceres, laudos e relatórios psicossociais, até o momento, não são amplamente utilizados nessa área. No que diz respeito especificamente a processos de desapropriação para fins de reforma agrária, os documentos psicossociais podem ser elaborados, mas não são necessários e, tão pouco, suficientes. Segundo a Constituição Federal, a principal referência que normatiza a possibilidade de desapropriação de uma área para fins de reforma agrária é o cumprimento ou não da função social da terra: “Art. 184. Autoriza a desapropriação por interesse social do imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”. Os mais importantes elementos que compõem a função social da terra dizem respeito à produtividade do imóvel, à proteção ambiental e à salvaguarda de direitos trabalhistas. Assim, mesmo que abordando questões de significativa importância como situações de trauma psicossocial coletivo, elementos psicossociais podem ser complementares no processo, mas não possuem protagonismo.

<sup>4</sup> Por comporem processos judiciais, os documentos e suas autorias não serão aqui explicitados.

<sup>5</sup> Para mais informações, acessar: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/comunidade-krenak-recebe-primeira-reparacao-coletiva-da-historia-do-pais>.

Os documentos psicossociais aos quais os autores deste artigo tiveram acesso abordam diferentes contextos e comunidades, demonstrando o potencial que a Psicologia pode ter para contribuir com discussões relacionadas a conflitos territoriais e socioambientais diversos. Eles são demandados, de forma geral, a partir de casos de violações de direitos e vulnerabilizações socioambientais. Assim, é comum que os textos tenham como foco os efeitos negativos e adoecimentos, individuais e coletivos, produzidos por violações diversas. Os documentos, em grande parte, defendem medidas de reparação ou ações para cessar ou reduzir fatores de risco psicossociais. Diante da questão agrária brasileira, constituída historicamente por latifúndios, exploração e violência, evidencia-se um contexto produtor de sofrimentos e adoecimentos diversos, os quais têm sido adequadamente abordados em muitos documentos psicossociais.

Junto à necessidade de demonstrar cientificamente, por meio de pareceres, laudos e relatórios, os danos psicossociais causados por conflitos e violações de direitos, faz-se necessário também abordar contextos produtores de saúde e reexistências que emergem de comunidades populares, tradicionais e indígenas (Malheiro et al., 2021). Dessa forma, procurou-se discutir como, mesmo diante de ataques e violências de diversas ordens, comunidades e povos são capazes de produzir vínculos, vida e saúde. É fundamental que documentos psicossociais possam reivindicar reparação integral às vítimas de violências. Além disso, torna-se também imperativo defender o direito à continuidade da existência de territórios e comunidades que proporcionam melhores condições de vida e fatores protetivos à saúde mental de populações vitimadas. Nessa perspectiva, foi elaborado o relatório psicossocial abordado a seguir.

### **Acampamento Marielle Vive: Organicidade e Resistências**

O acampamento surgiu em abril de 2018, um mês após o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco e do motorista que a acompanhava, Anderson Gomes. Está localizado no município de Valinhos, interior de São Paulo, em uma área onde, anteriormente, existia uma fazenda improdutivo, a Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários. Essa área, de pouco mais de 130 hectares, estava abandonada à especulação imobiliária e foi ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em um ato de denúncia sobre o não cumprimento da função social da terra e a necessidade da reforma agrária. No início de 2025, residiam no território mais de 350 famílias, das quais faziam parte mais de 100 crianças, além de pessoas de diversas faixas etárias e percursos pregressos. A maior parte das famílias morava em bairros da periferia das cidades do entorno antes de ir para o acampamento. Alguns estudos recentes se debruçaram sobre experiências no acampamento Marielle Vive, com discussões voltadas à educação, ao turismo rural comunitário e à atualidade da luta pela terra (Alves et al., 2024; Moreira, 2024; Rodrigues & Pacheco e Zan, 2024).

Como mencionado anteriormente, as vivências no acampamento Marielle Vive foram discutidas em artigo que apresentou resultados de um estudo realizado em novembro de 2021, momento em que o acampamento passou a receber ameaças de despejo devido à decisão da 37ª Turma de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Entre mobilizações por parte do MST – em articulação com outros movimentos sociais, partidos políticos, organizações aliadas e participação da sociedade civil – e ordens de remoção e despejo, foram inúmeras as prorrogações<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> O Supremo Tribunal Federal (STF) havia suspenso, em junho de 2021 e pelo período de seis meses, as ordens de remoção e despejo de áreas coletivas que estavam habitadas antes da pandemia da COVID-19. Considerou-se, naquele momento, o aumento da vulnerabilidade a que as famílias estariam expostas diante da crise sanitária oriunda da COVID-19. A finalização da medida estava prevista para o fim de 2021, momento em que o referido estudo foi realizado; porém foi prorrogada até 31 de março de 2022 e, posteriormente, até outubro de 2022. As prorrogações ocorreram após significativa mobilização do MST, em articulação com outros movimentos sociais, partidos políticos, organizações aliadas e participação da sociedade civil. As ações de despejo foram liberadas em outubro de 2022 pelo STF, o que envolveria a remoção das famílias do acampamento e, conseqüentemente, a perda de suas casas, dos espaços coletivos de convívio e da produção de alimentos cultivados no território.

A partir dessa ameaça, do processo que dela decorreu e de uma demanda do MST, o estudo foi produzido para que pudesse subsidiar a discussão sobre os efeitos psicossociais das vivências no Acampamento Marielle Vive, bem como aqueles decorrentes da ameaça de despejo sobre as famílias residentes nesse território (Tchalekian et al., 2024). O despejo não foi efetivado até o momento de submissão do presente artigo. Contudo, considera-se sua execução iminente uma vez que as ameaças persistem, pois não houve garantias de conquista permanente do território, tampouco foram oferecidas outras possibilidades para a vivência do acampamento.

Na ocasião de elaboração do estudo supracitado (Tchalekian et al., 2024), discutiu-se, a partir de literatura técnica e científica e dos dados reunidos, sobre os riscos psicossociais causados e intensificados por processos de despejo, evidenciando a produção de trauma psicossocial, desumanização, sofrimento ético-político, desenraizamento e humilhação social (Gonçalves Filho, 1998; Martín-Baró, 1984; Massola & Svartman, 2018; Sawaia, 2001; Simões, 2021). Esses processos são complexos e apresentam efeitos duradouros e intensos. A partir das entrevistas realizadas com pessoas acampadas, foi possível apreender que, mesmo diante dos desafios enfrentados no cotidiano de vida e permanência no acampamento, o modo comunitário de organização das famílias acampadas se manifestava não como circunstâncias de risco, mas, predominantemente, como fator protetivo física e psicossocialmente.

A ameaça de despejo se coloca como o risco de perder um território no qual as pessoas puderam encontrar oportunidades de segurança, cuidado, acolhimento e trabalho por meio de laços comunitários diversos. A destruição dos vínculos com a comunidade geográfica e psicossocial constituída no acampamento Marielle Vive se manifesta como fator de risco para a saúde física e mental dos(as) acampados(as). Muitas famílias seriam forçadas a deixar o local, ao qual já estão vinculadas econômica e afetivamente para serem lançadas fora dali sem abrigo e trabalho.

Os relatos expõem intensas violações de direitos que foram vivenciadas de maneira mais acentuada antes das pessoas chegarem ao acampamento. Foram relatadas, por exemplo, desde maior exposição a violências sexuais, insegurança alimentar e falta de rede de apoio até vivência em situação de rua. Nota-se nos relatos, também, o caráter intergeracional dessas violações quando as pessoas se referem às gerações anteriores de familiares e as violências por elas sofridas. Nesse contexto, a ameaça de despejo se configura enquanto uma revitimização de pessoas com processos de traumas psicossociais anteriores e oriundas de famílias também vítimas de variadas maneiras. A vitimização causada pela ameaça de despejo se tornaria ainda mais grave se essa concretizasse.

As entrevistas enfatizaram também a preocupação com a situação de crianças e jovens, que não teriam para onde ir com suas famílias e que teriam seus sonhos e projetos de construção de uma vida digna interrompidos. A insegurança, o medo, o desespero e a iminente exposição a diversos tipos de violência causados por uma situação de despejo se configuram em uma produção de sofrimento significativo durante o processo de ameaça.

É importante destacar que, assim como foi dito anteriormente, a disputa por terra e a luta por reforma agrária no Brasil é um campo de enfrentamentos, conflitos e violências. Nos poucos anos de existência do acampamento Marielle Vive as famílias já sofreram uma série de ameaças e atos de hostilidade. Apesar de receberem o apoio de uma parcela importante da sociedade civil e de sediarem muitas ações de solidariedade, há, por outro lado, quem não reconheça a legitimidade da luta pela terra mesmo que o acampamento esteja em um território em que a função social da terra não está sendo cumprida.

Talvez a violência mais explícita contra o acampamento tenha se dado em 2019, durante um ato na estrada que dá acesso a ele. A manifestação tinha o intuito de chamar a atenção do poder

público e da sociedade para o tema da falta de abastecimento de água do acampamento e distribuir alimentos livres de agrotóxicos que eram produzidos no Marielle Vive a despeito das adversidades (como a falta de água potável e a ausência de políticas públicas para a produção agrícola em acampamentos, entre outras). Era uma manifestação pacífica, em que as famílias exibiam algumas faixas reivindicando água, conversavam com quem passava pela estrada e distribuíam alimentos e sementes como forma de diálogo e de mostrar o caráter produtivo do território. Uma caminhonete acelerou em direção às pessoas de modo repentino e atropelou um dos acampados – seu Luis, de 72 anos, que veio a falecer. No dia do episódio o autor do crime foi preso, como foi reportado em alguns canais de comunicação (Barreto, 2023). Além desse ocorrido, o acampamento sofreu ainda ao menos três atentados em agosto de 2022, quando foram disparados tiros oriundos de um carro contra sua portaria (Moncau, 2022).

A permanência no território, a continuidade das distintas ações ali desenvolvidas e a busca pela promoção de saúde em um contexto de violenta ameaça tem se configurado como resposta contundente do Movimento na defesa pela segurança do território do acampamento e das famílias acampadas.

A partir desse amplo conjunto de ações e dos relatos acerca das vivências de pessoas acampadas, foi possível afirmar que o acampamento Marielle Vive se configura como um espaço protetivo onde há produção de saúde individual e coletiva (Tchalekian et al., 2024). Essa afirmação não escamoteia as dificuldades vivenciadas pelas famílias acampadas, o que implica na necessária atenção do poder público no que se refere à garantia de direitos fundamentais a esse conjunto de famílias. No entanto, no que diz respeito ao funcionamento interno do acampamento, as dificuldades são trabalhadas coletivamente e a permanência e possibilidade de desenvolvimento de vida neste território tem sido constitutiva para a sobrevivência de pessoas que ali vivem. Seguindo as orientações descritas no marco teórico do trabalho, pode-se afirmar que a necessidade de permanência se relaciona às seguintes dimensões: trabalho e condições de vida; território e meio ambiente; relações interpessoais, vínculos e aprendizagens; vulnerabilidades e segurança/proteção e luta e organicidade, a partir das quais foi possível afirmar como a produção de saúde ético-política (Souza & Sawaia, 2016) constitui a vivência no acampamento.

## Método

Diversos documentos que trazem análises psicossociais e foram juntados a processos de conflitos territoriais e socioambientais e a literatura da área compõem a revisão conceitual e a técnica deste trabalho. O *corpus* é composto também por conteúdo oriundo das entrevistas realizadas com pessoas acampadas no marco do início das ameaças de despejo proferidas ao acampamento Marielle Vive, em novembro de 2021 (Tchalekian et al., 2024). Foram realizadas cinco entrevistas individuais semiestruturadas (Minayo, 2010), de maneira remota por meio da plataforma Google Meet, desenvolvidas por membros da Rede de Saúde Mental do MST. Considerou-se a diversidade e a pluralidade de enunciações e experiências no convite às pessoas entrevistadas, abrangendo os critérios: sexo, identidade de gênero, raça, orientação sexual, faixa etária, organização familiar, atividade e funções desenvolvidas no acampamento. Vale ressaltar que, como o contato e as indicações de pessoas a serem entrevistadas vieram de representantes do MST e por intermédio da Rede de Saúde Mental do Movimento, criou-se um ambiente com maior possibilidade de vinculação entre elas/eles e seus/suas entrevistadores/as. As pessoas entrevistadas foram consideradas fontes

primárias e privilegiadas de informação e, como afirma Minayo (2010), as entrevistas revelam dinâmicas sociais do contexto em relação ao qual estão sendo produzidas.

Com o objetivo de investigar a vivência de pessoas acampadas, as entrevistas perpassaram: 1) a história de vida dos/as entrevistados/as, com enfoque na chegada deles/as ao acampamento; 2) a vivência dos/as entrevistados/as no acampamento, sua cotidianidade, as atividades realizadas, as relações familiares, os desafios e as dificuldades encontradas; e 3) o processo de despejo, desde o contato com as ameaças às percepções sobre seus os efeitos e as consequências delas, individual e coletivamente. As entrevistas ocorreram na modalidade individual para que o processo vivenciado por cada pessoa pudesse ser abordado com profundidade. Os procedimentos adotaram as normativas estabelecidas pela resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016). As identidades das pessoas entrevistadas serão mantidas em sigilo e elas serão identificadas pela letra inicial de seus nomes.

## Resultados e Discussão

Tem-se como orientador geral desta análise o conceito de Determinantes Sociais da Saúde (DSS). Segundo Buss e Pellegrini Filho (2007), ainda que haja divergências, a proposta geral do conceito de DSS defende que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população se relacionam com sua situação de saúde, física e mental. Ainda segundo os autores, os DSS podem ser definidos como “(...) os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (Buss & Pellegrini Filho, 2007, p. 78).

Nos âmbitos da saúde pública e da Organização Mundial da Saúde, em articulação com os princípios do Sistema Único de Saúde, a abordagem dos DSS tem relação com a promoção de equidade e justiça social, perspectiva que abarca o processo saúde/doença apontando para a necessidade do desenvolvimento de respostas intersetoriais em políticas públicas. A partir de uma leitura crítica sobre equidade em saúde, é fundamental destacar que as iniquidades e desigualdades são estruturadas e constituídas a partir do modo de produção capitalista e que a compreensão dos fatores que compõem os DSS deve ser articulada e não apreendida de maneira fragmentada (Vaselchi e Marques, 2023; Mario, 2023).

Como a definição anterior evidencia, muitos estudos em DSS possuem como foco os fatores de risco vinculados a situações de degradação desses determinantes. No entanto, a partir da proposta do presente artigo, o foco será em como a vivência no acampamento pode produzir melhoras em diferentes DSS e, conseqüentemente, fortalecer e promover saúde.

Os tópicos a seguir foram baseados em documento da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) (2008). Adiciona-se a eles uma discussão voltada à práxis e à organicidade.

### Condições de vida, ambiente e trabalho

Em diversos momentos das entrevistas, a melhora das condições de vida a partir da entrada no acampamento e para o movimento social foi abordada.

Sim, eu acredito que sim [que houve mudança na vida depois de morar no acampamento]. Porque são pessoas felizes, pessoas que se alimentam, muitas não tinham praticamente onde dormir, hoje elas têm um lugarzinho pra dormir, pra encostar a cabeça no travesseiro, coisa que não tinham. Alimentação, ela tem alimento. Se ela chega aqui e não tem nada ela é acolhida, com cobertores, com alimento, com tudo, com tudo. (Entrevistada E.)

Minha vida era só trabalhar e pagava aluguel (...). Eu tava tão depressiva e tão ansiosa (...). Então eu não vivia, eu não tinha vida; minha vida era só planejar como seria os pagamentos de contas, pagamento de aluguel. (Entrevistada A.)

As pessoas entrevistadas relataram melhora significativa em relação às condições de habitação e alimentação de suas famílias. Esses são dois importantes determinantes sociais da saúde e, no caso do acampamento, estão diretamente vinculados a outro importante determinante: o trabalho. “Pra eles [o acampamento] significa uma oportunidade de moradia. De sair da cidade grande pra produzir o seu próprio alimento” (Entrevistado M.).

O acampamento oferece a oportunidade de as famílias terem um local para morar e, por meio do trabalho na terra, garantir alimentos para comer e para vender, melhorando a renda delas.

(...) porque a gente tem aqui grandes plantações com organicidade. Isso que é o importante. Tem a mandala do acampamento. Tem a minha mandala própria lá no meu barraco onde eu moro que tem muita plantação de café, banana, acerola, maracujá eu já tenho (...) a gente já construiu aqui uma boa plantação (...). [sou um] grande plantador aqui dentro do Marielle. Um grande profissional da carpintaria pra ajudar a erguer esse acampamento. (Entrevistado M.)

[Vivendo no acampamento] Aprendi a plantar, a mexer com a horta, trabalhei muito dentro da mandala. A mandala é nossa horta, né? (...). É muito bom aqui. (Entrevistado R.)

O Entrevistado M. demonstra orgulho ao falar sobre as plantações do acampamento e sobre suas habilidades de carpintaria. O Entrevistado R. também relata, orgulhoso, seus aprendizados relacionados ao trabalho. Para além das melhorias referentes à alimentação e à renda, destaca-se como as atividades laborais realizadas pelos entrevistados são cheias de sentido, fortalecendo o senso de comunidade e produzindo saúde. Rosa (2017) propõe que a participação no MST pode produzir “fatores terapêuticos” diversos. Diante do exposto, destacam-se dois fatores terapêuticos “psicopolíticos” abordados pelo autor: garantia de sobrevivência e segurança material para a família e conquistas relacionadas à luta.

A vida e o trabalho no acampamento favorecem o vínculo dos entrevistados com os bens comuns da natureza daquele território.

Então a nossa luta aqui é morar, plantar, produzir e preservar. Principalmente preservar, porque quando a gente chegou aqui, a nascente daqui era pisoteada pelo gado da fazenda. A gente cercou a área. Junto aos técnicos de reflorestamento a gente fez o plantio de árvores ao redor da nascente. (Entrevistado M.)

A concepção agroecológica de produção priorizada pelo MST não antagoniza produção agrícola e proteção ambiental. As formas produtivas – por exemplo, plantações em mandalas – vinculam a preservação do meio ambiente e a produção de alimentos. Esse vínculo favorece a emergência de melhores condições de trabalho, bem como alimentação e ambientes saudáveis. Coelho (2024) defende que a forma agroecológica de organização do trabalho e da produção no Movimento está relacionada ao fortalecimento do respeito e o cultivo da diversidade – humana e socioambiental –, bem como à promoção de saúde de seus militantes. As pessoas entrevistadas relatam fortes sentimentos de identificação com o território.

Aqui é um lugar que você sente algo especial neste lugar. Você sente uma energia muito poderosa aqui dentro. Você sente paz, você sente tranquilidade, você sente acolhimento. Você sente que você está no paraíso, sabe? (...) aqui em casa tem muita planta, aí vem os passarinhos, vêm os animais, é uma energia muito boa. (...) plantar a primeira planta e saber o quanto é gratificante receber aquela energia boa daquela planta, ver ela crescendo. (Entrevistado L.)

Para além das melhorias abordadas, vários trechos relatam o acolhimento recebido pelas pessoas ao chegarem no acampamento: “Sendo que a qualidade de vida aumenta e a relação também, né? E a relação da gente mesmo com as pessoas muda, né? E isso é muito bom, mano. Muito muito bom mesmo. Muito gratificante viver aqui” (Entrevistado L.).

O Entrevistado L. aborda como a qualidade de vida aumentou devido a ganhos materiais, mas também associa a melhora de vida à relação com as pessoas da comunidade. No próximo tópico, essas relações serão também abordadas como determinante social da saúde.

## Redes Sociais, Comunitárias e Saúde

A organização popular e o sentido de comunidade aferido nas entrevistas mostraram-se fatores essenciais para a melhoria da saúde psicossocial e das condições de vida das/os acampadas/os, desde ações concretas – como a busca por soluções coletivas para a falta de abastecimento de água, a construção dos barracos e da cozinha coletiva – até o cuidado coletivo com as crianças e com as questões de saúde do acampamento. Além disso, foi citado de forma recorrente o sentimento de pertencimento e, com isso, o ganho de significado e de valoração social entre os pares.

Vir para o acampamento mudou muito em tudo, assim. Em conhecimento, cultura. Eu aumentei mais a qualidade de cultura na minha vida, sabe? Mais conhecimento com o Movimento. Mais amor ao próximo mesmo. E você sabe que você não está sozinho, sabe? Quando você recebe ajuda dos aliados, dos companheiros, aí você sente que você não está sozinho ali naquela batalha. E tem um monte de anjos que Deus nos coloca para nos ajudar nestes momentos mais difíceis. E assim foi na minha vida. Mudou o conhecimento, eu fiz vários cursos aqui dentro do acampamento: curso de bambu, curso de militante, curso de agroecologia, várias coisas que aconteceram na minha vida que se eu tivesse lá fora, eu não tinha essa oportunidade que eu tive aqui dentro. Do conhecimento mesmo. Conheci o bambu aqui. Veio um aliado e deu esse curso. E desenvolveu esse talento que tava adormecido dentro de mim. Então são coisas que me fez só bem. Eu fico muito grato por estar aqui neste acampamento fazendo parte do Movimento Sem Terra porque você é acolhido de verdade, né? (...) Aqui eu aprendi a conviver com os companheiros. Ser mais um pelo outro, né? Trocar conhecimento também. E despertar esse desejo que é você ter aquele olhar focado pra natureza. (Entrevistado L.)

É expressiva nas entrevistas a importância atribuída ao Movimento e organicidade dele na melhoria das condições de vida, com destaque também à dimensão relacional. O fortalecimento dos afetos de solidariedade, o apoio mútuo e a ajuda recebida por companheiros/as e aliados/as propiciam uma mudança no olhar sobre o outro e sobre si mesmo. Nesse contexto de desenvolvimento de relações vinculares entre pessoas, com os espaços e as atividades ali realizadas, percebe-se a potencialização de novas formas de dinâmicas relacionais, promotoras também de aprendizagens e conhecimentos.

Aprendi muito. Aprendi que aqui a gente é um ser humano que tem valor, que a gente não tem aí fora; que são pessoas acolhedoras, que dão apoio, não discrimina ninguém, desde o mais jovem até os mais velhinhos, são todos acolhidos por eles. Aprendi muito. Aprendi a me sentir mulher, porque antigamente a gente, aí fora, a gente é muito discriminada no lado feminino, e aqui não. Eu aprendi isso que eles trouxeram pra gente. Isso pra nós aprendermos a se defender das agressividades, das coisas que acontecem com a gente. Então foi isso que eu aprendi aqui no MST. Que eu não sei se resistiria se sair desse lugar. (...) É o aprendizado, sabe? A gente ser alguém, a gente saber que um dia pode ter um futuro. Eu talvez não, mas os pequenininhos sim. Tem escola, tem aprendizado pra essas crianças, é aquele carinho, um carinho que a gente tem que eles passam pra gente, muito grande. (Entrevistada E.)

O reconhecimento das pessoas como seres humanos alude à construção de condições que dignificam a vivência das famílias acampadas, o que implica no acesso a um conjunto de recursos

que propiciam, também, uma base para a construção de projetos de futuro, como: moradia, alimentação, trabalho, cuidados em saúde, contato com a natureza, educação, estabelecimento de vínculos afetivos e seguros e respeito e apoio mútuo (Tchalekian et al., 2024). É relevante destacar a importância das redes comunitárias na vivência de mulheres, mães solo, crianças, jovens, gestantes, pessoas que se encontravam em situação de rua ou de despejo e de pessoas LGBTQIAP+ – algumas das quais compartilharam suas vivências ao longo das entrevistas (Gomes & Knox, 2023; Lopes et al., 2023). Identificar a complexidade e a diversidade das violências sobre os distintos corpos pode fundamentar o desenvolvimento de respostas adequadas de cuidado que abarquem a pluralidade de necessidades. De acordo com o documento elaborado pelo CNDSS (2008) sobre os DSS e seus fatores protetivos, as redes sociais e comunitárias abrangem as relações de apoio entre pessoas e grupos orientadas pela solidariedade e confiança – relações essas que constituirão o capital social. O fortalecimento ou o desgaste do capital social são mecanismos que produzem impactos no campo da saúde, e vinculam com as iniquidades socioeconômicas e com os laços de coesão social. O documento sublinha que estes últimos ultrapassam o vínculo de confiança com a rede familiar, referindo-se às distintas possibilidades de participação social, pertencimento a espaços coletivos e envolvimento com a vida pública, o que terá correlação com a longevidade dos membros da sociedade e a diminuição das violências (CNDSS, 2008; Machado et al, 2023). A mudança percebida pelas pessoas entrevistadas no que diz respeito à qualidade na relação com a cultura e com os conhecimentos, que aparecem relacionadas e possibilitadas pela relação comunitária, evidencia a implicação psicossocial com vistas ao fortalecimento da saúde que a criação e a manutenção de vinculações significativas podem produzir, vivências essas alicerçadas por outras formas de interação, distintas daquelas orientadas pela discriminação e preconceito – como visto no relato a seguir:

Faz muita diferença quando você é LGBT lá fora e quando você é LGBT dentro do assentamento, dentro do campo, dentro do MST. Lá fora, mesmo que você... Eu não tenho aparência, né? Quando você tem a aparência de afeminado sofre muita discriminação seja colega, seja no seu ambiente de trabalho, seja com seus amigos, querendo ou não, mas tem preconceito (...). Aqui eu nunca sofri nenhuma crítica sobre minha opção sexual, né? Pelo contrário, aqui eu fui acolhido. E aqui ninguém aceita você falar de um LGBT, de uma lésbica, de um trans. Aqui eles acolhem muito e não permite... Não só o LGBT mas também as mulheres, as crianças... Aqui dentro nós não permitimos nenhum ato que seja preconceituoso, que seja uma coisa assim contra o ser humano. Nós somos seres humanos e precisamos respeitar uns aos outros. (Entrevista L.)

A promoção e a proteção da saúde, individual e coletiva, encontram relação relevante com a participação social (CNDSS, 2008; Rosa & Sandoval, 2022). Em concordância com a concepção de saúde ético-política problematizada por Souza e Sawaia (2016), entende-se a saúde como potência de vida e ação propiciada por bons encontros, perspectiva que abrange a dimensão dos afetos e a dialeticidade de sua constituição histórica e social, considerando que é na luta coletiva contra a servidão que se fortalece o *comum*. Busca-se superar uma leitura individualizante em saúde. Rosa e Sandoval (2022) analisam que o coletivo é espaço e contexto promotor para a potência de ação, e a participação política em movimentos sociais configura-se uma possibilidade favorável para que momentos potencializadores e terapêuticos sejam experienciados. Nas entrevistas foram observados elementos que dialogam intimamente com essas concepções, o que reforça a afirmação de que ocorreu a expansão da autonomia das pessoas ao longo da vivência no acampamento.

## Comportamentos, Estilos de Vida e Saúde

Uma importante dimensão no que se refere aos DSS são os comportamentos e estilos de vida considerados de risco como dietas inadequadas, uso abusivo de álcool e outras drogas,

sedentarismo, entre outros (CNDSS, 2008). A partir da proposta do presente artigo, serão abordados comportamentos e estilos de vida que podem ser considerados fatores protetivos em saúde. Segundo as pessoas entrevistadas, a entrada para o acampamento propiciou avanços nesse quesito. “A gente come do próprio acampamento mesmo porque o acampamento também produz alimento saudável, sem veneno. Então a minha saúde, eu não posso reclamar dela não. É muito boa” (Entrevistado L.).

Em vários momentos, os/as entrevistados/as falam sobre a melhora no que diz respeito ao acesso à alimentação de qualidade dentro do acampamento, fator central na produção de saúde. Além disso, um dos participantes relata que estava em situação de rua antes de aderir ao Movimento e, segundo ele, morar no Marielle Vive e participar do MST foi algo que produziu uma mudança positiva em seus comportamentos.

Fiquei muito tempo dentro da Cracolândia também. Passei uma situação difícil lá. E graças a Deus quando eu tô aqui no acampamento... Pra mim foi muito bom. Porque eu usava muito químico, muita droga pesada... Quando eu cheguei aqui, esse acampamento aqui foi meu hospital (risos) (...). Porque não me envolvi mais com isso, né? (...) Graças a Deus aqui eu vivo tranquilo. (Entrevistado R.)

Além do uso abusivo de drogas ilícitas, é possível inferir, pelos relatos, que o entrevistado, antes de estar no acampamento, se expunha a diversas situações de risco físico e psicossocial. No entanto, com sua participação no Movimento, relata mudanças que considera positivas e chega a caracterizar a comunidade como “paraíso”. A vida comunitária no Marielle Vive é orientada a partir das regras e da organicidade do MST.

Então todos de início já aprenderam pra entrar na porteira. Porque lá a gente fala que não pode bater em mulher aqui, que tem que respeitar. Que não pode ter preconceitos aqui dentro do acampamento, não pode brigar com outro por causa de uma discussão. Então tem regras. (Entrevistado L.)

O Entrevistado L. destaca a importância das regras dentro do território, as quais coíbem comportamentos de violência e discriminação. Já a Entrevistada A. relata que, no acampamento, teve a oportunidade de cuidar da sua saúde mental por meio de psicoterapia.

Aí também tem o pessoal que vem atender aqui, os psicanalistas, não sei de onde que é, eu sei que eles vêm, são aqui de Campinas, da região. São aliados. Vem atender aqui, e sempre que eles vêm eu tô aqui, e tem me ajudado muito a resolver todos os meus conflitos, e as minhas lutas internas, que não foram adquiridas no MST. O MST foi onde eu encontrei o refúgio pra me esquecer disso e curar as feridas que me trouxeram a infância e o passado, então é aqui que eu tô me curando dessas feridas. (Entrevistada A.)

A partir de sua participação no MST, a entrevistada pôde ter acesso a um serviço de saúde do qual não dispunha anteriormente. O acampamento ofereceu a ela e a outras pessoas a possibilidade de adotar um comportamento de cuidado consigo mesmo por meio da psicoterapia. Além disso, há relatos sobre como a comunidade ofereceu proteção às pessoas durante a pandemia da COVID-19 (Laurentino et al., 2022; Santos et al., 2021)

Eu não me sentiria segura se eu estivesse lá fora, porque aqui dentro não. Aqui dentro todos têm regras, não é uma regra assim: “Você é obrigado a fazer isso”. Não. É regra com palavras, ensinamento. Álcool gel, mãos limpas. Então todos fazemos. Se alguma pessoa pegou essa doença foi muito pouco, porque precisa trabalhar, sem o trabalho também ninguém vive. Então tinha que pegar ônibus, né? Mas aqui dentro não, eu não me senti nem um pouco ameaçada sobre essa doença não. (Entrevistada E.)

O contexto do acampamento pode propiciar e incentivar comportamentos de proteção e promoção de saúde. Para além das escolhas individuais, a forma de organização e a organicidade estabelecidas pelo MST contribuem para a adoção de condutas e estilos de vida saudáveis que, antes

da entrada no acampamento, eram menos prováveis ou mesmo impossibilitados pelos contextos adversos de vulnerabilidade em que as pessoas estavam inseridas. Vários estudos têm apontado como, ainda que em situações de grandes privações e violações de direitos, comunidades vinculadas ao MST são capazes de produzir espaços e relações de cuidado e saúde (Coelho, 2024; Rosa, 2017; Souza & Sawaia, 2016).

### **Práxis Política e Organicidade: Determinantes Sociais da Saúde, Fatores Protetivos e a Transversalização Prática**

A partir das entrevistas, outro elemento chamou a atenção por estar diretamente relacionado aos DSS e aos fatores protetivos: a organização política coletiva. Autores e autoras como Gonçalves Filho (1998), Rosa (2017) e Coelho (2024) veem o engajamento na luta social de sujeitos e comunidades enquanto algo que pode, entre outras coisas, produzir respostas a sofrimentos, assim como fortalecer fatores protetivos. Nesse mesmo sentido, a práxis política pode ser uma resposta frente a objetivos propostos por autores como Martín-Baró (1996) e Arroyo e Dobles (2020), os quais abordam, entre outras coisas, a luta pela desideologização e o combate à mentira institucionalizada e ao fatalismo. O próprio Sistema Único de Saúde em suas diretrizes, se baseia em um modelo de criação de participação popular por meio de seus conselhos e do sistema de conferências que o fundamenta.

A vivência cotidiana da práxis, com maior ou menor engajamento e empecilhos, pareceu ter grande influência em diversas esferas da vida das pessoas entrevistadas, tanto no que diz respeito a se ver enquanto sujeitos e sujeitas (individuais e coletivos) com capacidade de ação transformadora, a partir da organização do trabalho conjunto quanto na própria convivência cotidiana. Em sua entrevista, L. relata:

Nós aprendemos muito a respeitar um ao outro. Nós aprendemos a conviver, ao coletivo, a organicidade de construir. Você não tem nada e você constrói ali só no coletivo, né? Na organicidade. Então prova isso que a gente é capaz de mover montanhas sem dinheiro. Então foi muito bom esse tempo que a gente viveu aqui. (Entrevistado L.)

A partir da organicidade construída no acampamento, a própria sociabilidade começa a sofrer alterações. As decisões precisam ser tomadas de maneira coletiva, o que exige um certo método e vem acompanhado de constante formação. Os combinados são pactuados e a comunidade precisa cuidar deles e se envolver com eles para que as decisões possam se concretizar. Há uma experimentação de um trabalho coletivo para si, de um coletivo “capaz de mover montanhas sem dinheiro” – como traz o relato de L.

Da mesma maneira, é notável a alteração de perspectiva do presente e do futuro. Furando algumas brechas do sentimento de fatalismo (Martín-Baró, 1996), a transformação do presente pelo trabalho coletivo e da transversalização da práxis ganha novos horizontes futuros. Outros projetos políticos, mais robustos e coletivos, assim como mais esperançosos. Essa dimensão fica bastante evidente nas falas de E. e de R., a seguir:

Essa luta é tudo pra nós, é a nossa esperança. É a esperança que nós não temos aí fora, é essa esperança que a gente vê aqui. De nós poder pormos feijão na mesa sem precisar pagar tão caro, de por uma mandioca, uma batata, um alface, um tomate. É essa esperança. Porque se a gente vai no mercado, a gente compra batata, não dá pra comprar o tomate. Se a gente compra o tomate, não dá pra levar a mandioquinha. Se compra o feijão, não dá pra comprar outra coisa, porque é muito caro lá fora. E aqui não, aqui a gente planta isso daí. Então a gente tem. A gente vai na horta, pega a cebolinha, a gente pega a alface, pega a couve, isso que é a luta pra mim, sabe? É muito importante,

mesmo na luta difícil, sem água, é escassa a água, mas o pouquinho que a gente tem, que a gente colhe de água quando chove e a gente enche as vasilhas, aí a gente molha aquelas plantas e vê elas crescendo. (Entrevistada E.)

E se não der certo, o MST não vai deixar ninguém pra trás. O MST não vai deixar ninguém na mão (Entrevistado R.)

Na entrevista de A., essa mesma perspectiva de um futuro melhor surge para ela enquanto mãe e para as crianças que vivem no acampamento. Além da cozinha coletiva, da ciranda infantil e das atividades que são destinadas às crianças, a organização cotidiana da vida comunitária trouxe benefícios para elas. Há um sentimento de aumento de segurança e de transformação no que diz respeito a ser responsável pelo desenvolvimento infantil. A Entrevistada A. reflete que:

É totalmente diferente. Aqui eles [seus filhos] têm liberdade. (...) Aí eu fui conversando com eles e explicando que isso era uma forma de eles terem um futuro melhor, que eu não tava lutando só por mim, que essa luta que eu tava fazendo é pensando no futuro deles. (...).

Os efeitos na saúde, enquanto DSS e fatores psicossociais protetivos oriundos da organização política e das possibilidades concretas que se dão a partir dela, podem ocorrer em outras organizações e em outros movimentos sociais, para além da luta pela terra e da reforma agrária. A práxis da organização da vida e do trabalho em comunidade pode produzir vinculações afetivas e sentimentos de identificação entre sujeitos e com o território e pode, inclusive, ser um elemento comum a outras organizações e a outros movimentos sociais.

## Considerações Finais

A partir da literatura consultada, das entrevistas realizadas e da análise proposta, considera-se que as condições propiciadas pelo território e construídas coletivamente, possibilitadas pela organicidade própria do Movimento, constituíram fatores protetivos em saúde, que abrangem condições de vida, trabalho, relações sociais e com a natureza e comportamento e estilo de vida, explicitando o fortalecimento do vínculo das pessoas com o território e o que junto a ele foi desenvolvido. Evidenciar esses fatores, que compõem os determinantes sociais em saúde para a referida população, mostra-se relevante na afirmação pela defesa da permanência no território. A identificação dos fatores protetivos, associados à permanência no território como direito e ação necessária para o fortalecimento deles, pode contribuir para a mitigação da produção de sofrimento, o que alude também ao caráter preventivo que esse fortalecimento pode ensejar.

O presente estudo teve caráter inicial e exploratório. Foi utilizada uma amostra reduzida e teve-se como foco um território específico. Dessa forma, é necessário que outras experiências sejam abordadas e que haja maior aprofundamento teórico dos temas aqui apresentados.

Entende-se que, junto aos documentos que abordam traumas, violências e riscos psicossociais, faz-se necessário uma produção que tenha como foco os fatores protetivos dos territórios. Pareceres, laudos e relatórios psicossociais têm se mostrado bastante relevantes ao evidenciar processos diversos de violações de direitos em situações de conflitos territoriais e socioambientais. Defende-se que seja possível contribuir para demonstrar como a vida em determinadas comunidades é composta de grandes privações de direitos e desafios, mas, também, é constituída de elementos de cuidado, prevenção e promoção de saúde. Assim, que seja possível não apenas reivindicar a legítima reparação integral a pessoas e povos violados em seus direitos, mas também contribuir para que danos e violências ainda mais severos não se efetivem, como,

por exemplo, o despejo das famílias do acampamento Marielle Vive. Dessa forma, indica-se a continuidade da elaboração de estudos que possam fundamentar a contribuição de aspectos psicossociais em processos que envolvam ações de implementação e fortalecimento de uma reforma agrária popular e agroecológica, política essa fundamental para produção de bem-viver no território brasileiro.

## Referências

- Alves, J. C. Q., Marques, P. E. M., & Queiroz, O. T. M. M. (2024). O turismo como meio de justificação da reforma agrária - o caso do acampamento Marielle Vive, Valinhos/SP. *Retratos De Assentamentos*, 27(1), 148-164. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2024.v27i1.573>
- Arroyo, H., & Dobles, I. (2020). *Neoliberalismo y afectos: derivaciones para una praxis psicossocial liberadora*. Arlekin.
- Barreto, T., & Oliveira, G. (2023 julho 18). *Seu Luis e o encontro com Carlos Brandao e a EJA no acampamento Marielle Vive*. MST. <https://mst.org.br/2023/07/18/seu-luis-e-o-encontro-com-carlos-brandao-e-a-eja-no-acampamento-marielle-vive/>
- Brasil, Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016. *Diário Oficial da União*, seção 1, p. 45-46.
- Buss, P. M., & Pellegrini Filho, A. (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista De Saúde Coletiva*, 17(1), 77-93. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>
- Coelho, P. S. (2024). *Saúde Mental em tempos de crise: contribuições da luta dos movimentos sociais no enfrentamento aos sofrimentos psicossociais* [Tese de doutorado não publicada]. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais. (2008). *As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil: Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS)*. Fiocruz.
- Comissão Pastoral da Terra. (2023). *Conflitos no Campo Brasil 2022*. Documentação Dom Tomás Balduino. CPT Nacional.
- Gomes, J. C., S., & Knox, W. (2023). *Em busca do arco-íris: LGBTQIAPN+ rurais e o imaginário da liberdade cosmopolita*. SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7151>
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social - Um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-68.
- Gonçalves, B. S. (2017). Parecer psicossocial da violência contra os povos indígenas brasileiros: O caso reformatório Krenak. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 186-196.
- Gonçalves, J. E., Gonçalves, G. M. S., Augusto, L. G. S., Gomes, W. S., Santos, M. O. S., Gurgel, A. M., & Costa, A. M. (2024). Processos de vulnerabilização em comunidades camponesas afetadas pela transposição do rio São Francisco em Sertânia. *Saúde E Sociedade*, 33(1), e220907pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024220907pt>
- Laurentino, J. S. L., Silva, A. T., Silva, E. R., Silva, C. S., & Almeida, L. P. B. (2022). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia de covid-19 no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 31(4), e210967pt.
- Lopes, R. L. B., Ribeiro, L. C., & Oliveira, D. M. (2023). A saúde promovida por redes sociais e comunitárias de mulheres de baixa renda. *Cadernos de Saúde Pública*, 39(7), e00218022. <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT218022>
- Machado, H. M. B., Silva, N. S., Silva, Nadson S., Souza, C. B. V., Wandemberg, L. C. L. Souza, L. R. V. J., & Gondim, D. A. D. (2023). Determinantes Sociais em Saúde e suas implicações no processo saúde doença da população. *Contemporânea - Revista de Ética e Filosofia Política*, 3, 6086-6102.
- Malheiro, B., Porto-Gonçalves, C. W., & Michelotti, F. (2021). *Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*. Expressão Popular.
- Mario, C. G. (2023). Determinantes Sociais da Saúde: Apontamentos para uma Abordagem Crítica. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, 28(3), 1-18.

- Martin-Baró, I. (1984). *Guerra y Salud Mental*. Universidad Centroamericana José Simeon Cañas.
- Martin-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia* (Natal), 2(1), p. 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Martins, A. F. G. (2022). *A questão agrária brasileira: da Colônia ao governo Bolsonaro*. Expressão Popular.
- Massola, G. M., & Svartman, B. P. (2018). Enraizamento, tempo e participação na Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia* (Natal), 23(3), 293-305.
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Moncau, G. (2022, Agosto 19). *Pela terceira vez em cinco meses, tiros são disparados contra acampamento Marielle Vive, em SP*. Brasil de Fato. <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/pela-terceira-vez-em-cinco-meses-tiros-sao-disparados-contr-a-campamento-marielle-vive-em-sp/>
- Moreira, T. B. B. (2024). O acampamento Marielle Vive: a luta pela terra e a construção da reofirma agrária popular na região metropolitana de Campinas. *Pegada - A Revista Da Geografia Do Trabalho*, 25(1), 174-200. <https://doi.org/10.33026/peg.v25i1.9848>
- Pinheiro, F. D., Vieira, F. B., Vainer, A. G., & Gimenez, M., J. (2019, agosto 19-23). *O Direito à Reparação Integral dos atingidos por barragens de rejeitos e o avanço das políticas para evitar novos desastres: reflexões a partir do caso da Samarco em Mariana/MG* [Apresentação de trabalho]. XVIII Seminário de Diamantina, Belo Horizonte.
- Rodrigues, F. C., & Pacheco e Zan, J. (2024). Educação e MST: análise sobre a situação escolar das crianças do Acampamento Marielle Vive! durante a pandemia de Covid-19. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 9, 164-20. <https://doi.org/10.70860/ufnt.rbec.e16420>
- Rosa, L. A., & Sandoval, S. A. M. (2021). Campo de potência: pistas para a produção de uma arma conceitual. *Psicologia & Sociedade*, 33, e236043. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33236043>
- Rosa, Leandro A. (2017). Potencial terapêutico da participação em movimentos sociais: um estudo a partir de militantes do MST. *Saúde & Transformação Social*, 8(1), p. 72-83.
- Santos, R. S., Andrade, C. C. M., Guedes, D. C. V., Pedro, M. F. O., & Leite, J. F. (2021). Mobilização política em tempos de pandemia: a atuação do MST em foco. *Psicologia Política*, 21(52), p. 814-831.
- Sawaia, B. B. (Org.). (2001). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Vozes.
- Simões, B. (2021). O trabalho da psicologia na luta por direitos coletivos dos povos indígenas: parecer psicossocial sobre os Xavante de Marãiwatsédé. *Revista Espaço Acadêmico*, 21, 94-102.
- Souza, A. S. A., & Sawaia, B. B. (2016). A Saúde como Potência de Ação: uma análise do coletivo e de Comuna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Revista Psicologia Política*, 16(37), 305-320.
- Tchalekian, B. B. A., Rosa, L. A., & Coelho, P. S. (2024). Estudo Psicossocial sobre vivências no acampamento Marielle Vive, do MST: reflexões sobre produção de saúde coletiva e os efeitos psicossociais de ameaças de despejo. *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, 9, p. 37-56.
- Valsechi, D. F., & Marques, M. C. C. (2023). Equidade em saúde para a população em situação de rua: uma revisão crítica. *Saúde Debate*, 47(139), 957-977.

## Contribuição

Delineamento do estudo, coleta de dados, análise de dados, interpretação dos resultados, redação e revisão do artigo: L. A. ROSA, P. S. COELHO e B. B. A. TCHALEKIAN.